

# **CLIPPING IMPRESSO**

**30/09/2022**



# INDICE

---

1. JORNAL EXTRA	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
1.2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	2 - 4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. ESMAM.....	5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DECISÕES.....	6
3.2. ESMAM.....	7

# CONCEITO SOCIAL

POR: LILIANE SA

LILIANNEJESUS@HOTMAIL.COM

## TJMA recebe visita de Oficiais-Generais do Exército Brasileiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão, representado pelo seu presidente, desembargador Paulo Velten, recebeu nesta quarta-feira (28), a visita institucional do Comandante Militar do Norte, General de Exército Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves; do General de Brigada João Roberto Albim Gobert Damasceno; do Assistente do Comandante Militar do Norte, Coronel Amaral; e do Comandante do 24 Batalhão de Infantaria de Selva (24 BIS), tenente-coronel Sérgio Henrique Lopes Rendeiro.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que o Exército terá o Tribunal de Justiça do Maranhão como uma instituição sempre parceira, por ser muito colaborativo com o Tribunal. “No período mais crítico da pandemia, quando precisamos do distanciamento social e manter o serviço funcionando, o Exército nos ajudou no processo de digitalização de processos físicos e foi uma ajuda fundamental naquele momento”, lembrou.

“Aproveito, aqui, para agradecer mais uma vez essa colaboração e ressaltar que a nossa relação institucional sempre foi muito positiva, afirmativa, e pode contar conosco, General Costa Neves. Desejo votos de bom trabalho”, concluiu o desembargador Paulo Velten.

O General de Exército Costa Neves falou que essa visita é muito importante por ter assumido agora o Comando Militar do Norte que abrange os estados do Amapá, Pará, Maranhão e, aproximar essas instituições do Estado, é muito relevante para a nação brasileira. “Sinto-me honrado em estar aqui e ter esse contato com o presidente do TJMA, Paulo Velten e com os desembargadores. É sempre um grande prazer”, finalizou.

### HOMENAGEM

Durante a visita, o desembargador Paulo Velten entregou ao Comandante Militar do Norte, General de Exército Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, o livro “O Tribunal de Justiça do Maranhão: Crônica ligeira escrita em comemoração de seu bicentenário” e a Medalha Comemorativa dos 200 Anos do Tribunal de Justiça.

O Comandante Militar do Norte, General Costa Neves, entregou ao presidente do TJMA, o livro Força Expedicionária Brasileira.

Participaram da visita institucional os desembargadores José de Ribamar Castro (presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional-CPSI), Ricardo Duailibe (1º Vice-presidente), e Sebastião Bonfim e o diretor de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça, coronel PMMA Alexandre Magno de Souza Nunes.



**O DESEMBARGADOR PAULO VELTEN ENTREGOU AO COMANDANTE MILITAR DO NORTE, GENERAL DE EXÉRCITO COSTA NEVES, O LIVRO DO BICENTENÁRIO E A MEDALHA COMEMORATIVA DOS 200 ANOS DO TJMA**

# INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

\*LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Esta semana, São Luís e mais seis capitais brasileiras entraram para o grupo das cidades inteligentes que passam a contar com a rede móvel 5G. Segundo a ANATEL, com esta configuração mais arrojada, passaremos a disponibilizar internet de altíssima velocidade, proporcionado assim maior conectividade, produtividade e eficiência dos serviços.

A chegada desta novidade coincide com a leitura que estou fazendo do livro “Gestão do Amanhã”, de Sandro Magaldi e José Salibi Neto, onde os autores abordam com profundidade o que você precisa saber sobre gestão, inovação e liderança para enfrentar os desafios atuais e aproveitar as enormes oportunidades do futuro oferecidas pela 4ª Revolução Industrial.

Indiscutivelmente, um dos fenômenos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade é a tecnologia. O mundo corporativo sempre recebeu essa influência de forma decisiva desde as máquinas a vapor à sociedade 5.0.

Temos que reconhecer, a quinta geração chegou e veio para ficar. Hoje fazem parte do vocabulário corrente da população termos e conceitos como: inteligência artificial, big data, internet das coisas, robótica, algoritmos, veículos autônomos, plataformas digitais, computação em nuvem, dentre tantos outros que até pouco tempo estavam circunscritos a terminologias típicas de cientistas de dados ou engenheiros da computação.

É chegada a hora da mudança de paradigmas. É o momento definitivo de busca por novas referências para lidar com esse novo mundo, mas para que esse processo de transformação aconteça, são necessários investimentos em avanços tecnológicos e, sobretudo, mudança de mentalidade das pessoas para se adaptarem ao novo modelo de aprendizagem e conhecimento.

A propósito do assunto, li esta semana um artigo assinado pelo vice-presidente da TIM, Sr. Mário Girasole, que foi publicado no jornal Folha de São Paulo, onde, em outras palavras, afirmava que o marco civil da Internet precisa ser modernizado e para avançar a Internet das coisas precisamos consertar e investir nas coisas da internet.

No mesmo sentido foi a entrevista das capas amarelas da revista Veja, edição 2806 (14/09), onde o Presidente da IBM, Arvind Krishna, disse que “após o avanço irrefreável da inteligência artificial trazida pela pandemia, nunca mais o mundo será o mesmo, pois ela nos mostrou os enormes benefícios destas ferramentas para a humanidade, sendo imprescindível investir no capital humano para que a revolução da tecnologia e do trabalho aconteçam”.

Durante os quatro anos em que estivemos à frente do Ministério

Público do Maranhão, a Instituição experimentou um significativo avanço, dando um salto exponencial de crescimento e modernização. Investimos maciçamente em nosso parque tecnológico como forma de otimizar as demandas decorrentes da atuação dos membros e servidores. Para tanto, promovemos a renovação do estoque com a aquisição de 536 estações de trabalho de última geração, 350 notebooks, 649 scanners, 360 impressoras, 1.387 monitores, HDs externos e outros equipamentos indispensáveis ao funcionamento da instituição. Além de hardware, a aquisição de certificados digitais para todos os membros e servidores permitiram a entrada irreversível no universo dos processos digitais, deixando no passado o custo e a lentidão decorrentes do uso de papel.

Nossa infraestrutura de redes também foi contemplada com o aumento de mais de 50x na velocidade de acesso da capital e um incremento de pelo menos 400% no acesso das cidades do interior; desafiando, na quase totalidade destes municípios, o limite máximo de conectividade oferecido pelas concessionárias. Desenvolvemos e exportamos softwares para outras unidades nacionais do Ministério Público, como o sistema e-Voto, de urnas eletrônicas, com apuração completamente auditável e garantia de sigilo do voto, além do sistema de check-in eletrônico para cursos e eventos, assim como o aplicativo móvel MPMA Cidadão, que permite ao cidadão encontrar a promotoria mais próxima ou denunciar uma ocorrência inclusive com envio de mídias e ainda o aplicativo Nyx-LD, tecnologia fundamental no combate à lavagem de dinheiro.

No coração desta infraestrutura, implantamos um dos mais modernos datacenters do estado do Maranhão. Dotado de tecnologia de ponta equiparada apenas pelos ambientes computacionais mais avançados do país, diversas camadas de segurança em uma sala ultra segura protegem os sistemas e os dados que a Instituição coloca a serviço da sociedade maranhense e brasileira.

Estes avanços estruturais foram apenas o primeiro e fundamental passo para efetivar uma revolução dos instrumentos e ferramentas de tecnologias da informação, por meio dos quais viabilizamos a implantação dos sistemas SIMP, DIGIDOC e PJe em todas as unidades ministeriais.

Para garantir a operação eficiente de toda esta estrutura, realizamos mais de 20 treinamentos técnicos apenas na área de TI. Para as áreas da Administração, reforçamos os conceitos de produtividade e eficiência por meio de capacitações contínuas e por meio de análises qualitativas

usando ferramentas de Business Intelligence (BI) e painéis de gestão para acompanhamento de obras, sistema de controle e gestão de custos e investimentos, de modo a permitir tomada de decisões estratégicas.

Nesse sentido, ainda com foco na melhoria foi construído uma sala de gestão, importante ferramenta que garante maior economicidade e aproximação da Administração Superior e seus liderados, permitindo realizar reuniões virtuais e permanente diálogo com os membros e servidores.

Outro exemplo bem sucedido foi a contratação de um empresa de consultoria externa para com o suporte do CNMP e participação de todos os membros e servidores construir o planejamento estratégico com objetivo de fazer análise de cenários e cruzamento das fortalezas e debilidades do ambiente interno (SWOT), que resultou no direcionamento de um investimento massivo em tecnologia e na criação e transformação de cargos estratégicos nas áreas de tecnologia e gestão, como medida de racionalização de despesas e aumento da produtividade.

É indispensável que a gestão e seus ramos agreguem ferramentas que sejam capazes de levar a instituição a alcançar objetivos cada vez mais arrojados de modo atender os anseios dos operadores (atividade meio e fim).

Não podemos desconhecer os significativos avanços da internet, bem como o poder dos diversos dispositivos e aplicativos tecnológicos postos à disposição dos membros do Ministério Público, buscando através da conexão com o Judiciário e a sociedade, buscar uma justiça mais próxima do cidadão.

Em que pesem todos os progressos experimentados, vejo que precisamos avançar muito mais, pois qualquer ambiente tecnológico tende à defasagem e os processos precisam ser constantemente reavaliados e evoluídos dentro de uma metodologia previsível, sob o risco de uma rápida degradação do ambiente. Hoje, a falta de interoperabilidade entre sistemas é um dos gargalos de que mais se ressentem membros e servidores. A implantação de um novo sistema de automatização ajustado à nova realidade, de modo a eliminar o retrabalho e atividades burocráticas, assim como que propiciem maior integração, agilidade e economia é o sonho e desejo de todos.

Recordo-me que nos últimos meses da minha gestão recebi a visita de dois técnicos da Softplan, que vieram ao MPMA para apresentar o sistema de gestão processual e extrajudicial desenvolvido por aquela empresa,

denominado SAJ.

Segundo os expositores, o SAJ é uma plataforma moderna e avançada que já vem sendo utilizada em oito Ministérios Públicos brasileiros e vários Tribunais e Defensorias Públicas, permitindo assim, uma transformação estratégica para o gerenciamento e a resolução de processos com maior agilidade e eficiência. Quando integrava o Conselho Nacional de Procuradores Gerais defendi que aquele colegiado provocasse o Conselho Nacional do Ministério Público para, usufruindo da experiência acumulada e informações obtidas desenvolvesse uma plataforma própria que buscasse a integração de todos os sistemas.

O escritor e futurista norte-americano, Alvin Toffler, conhecido pelos seus escritos sobre a revolução digital com enfoque na tecnologia, proferiu a célebre frase “o analfabeto do século XXI não é aquele que não consegue ler e escrever, mas aquele que não consegue aprender, desaprender e reaprender”.

Suas ideias sobre a transformação da sociedade o tornaram reconhecido ao publicar, em 1970, o livro “Choque do Futuro”, antevendo a revolução das tecnologias de informação e várias outras transformações estruturais como a importância da biotecnologia e a possibilidade de trabalho a distância.

O apetite voraz para pensar o futuro tem se materializado com avanços ocorridos em ritmos tão acelerados que só nos foi permitido compreender tais ferramentas com a chegada da COVID-19, tendo a sociedade que se adaptar a esse “novo normal”.

Crise é um tempo de oportunidades. O contexto imposto pela pandemia nos trouxe enormes desafios e lições. Ter implantado 100% o sistema eletrônico integrado e disponibilizado de ferramentas adequadas foi fundamental para o atuar do MP naquele momento crítico, inclusive para tomada de decisões audaciosas, como implementação do trabalho remoto (home office), realização de audiências por videoconferência, capacitação à distância, plataformas digitais para a realização de cursos EaD e lives, reuniões de trabalhos, inspeções e correições virtuais, audiências de PAD realizadas pelo Conselho CNMP, diminuindo assim, fronteiras antes inimaginadas.

O Ministério Público teve que se reinventar para pôr membros e servidores trabalhando em casa para que a Instituição prosseguisse sem atrasos e o cidadão maranhense não fosse prejudicado. Através do Ato Regulamentar nº 25/2000, criamos o Comitê Operacional de Proteção Contra COVID-19 e instituímos o Plano de Biossegurança para retomada

gradual das atividades presenciais seguindo as normas sanitárias, bem como regulamentamos ato normativo permitindo o uso do aplicativo Whatsapp para intimação dos usuários dos serviços ministeriais.

Um dos resultados mais relevantes dessa nova era diz respeito à otimização de processos e a busca por fazer mais com menos, aumentando, inclusive, a nossa produtividade processual e extraprocessual, de modo a fazer cumprir o preceito constitucional de acesso rápido do cidadão à justiça.

O mundo descobriu definitivamente as potencialidades da inovação. Tivemos que sair da nossa zona de conforto e quebrar paradigmas para conhecer as oportunidades que se apresentam no horizonte, possibilitando uma infinidade de benefícios.

Durante o Congresso Nacional do Ministério Público, realizado este ano em Fortaleza/CE, participei de um painel setorial que abordou o tema: "atuação do Ministério Público e uso da tecnologia", oportunidade em que pude ouvir o relato da experiência exitosa do Ministério Público do Mato Grosso do Sul feito pelo Dr. Paulo Zeni, promotor de justiça que coordena o departamento de informática daquele Estado. Com alegria, tomei conhecimento que o Ministério Público do Maranhão abriu tratativas objetivando contratação dessa plataforma, já tendo enviado uma equipe de assessores e técnicos do Ministério Público do Maranhão para conhecerem in loco as soluções tecnológicas ali desenvolvidas.

As instituições precisam estar conectadas a nova realidade. Ciência, tecnologia e inovação são o caminho para orientar líderes e gestores sobre como enfrentar os difíceis desafios atuais e aproveitar os enormes benefícios e oportunidades para uma nova cultura organizacional.

Este tema precisa estar na pauta prioritária de todo gestor moderno. Precisamos debater o assunto sem preconceitos e com a seriedade necessária que o caso merece, pois, a inovação começa na mentalidade das pessoas, com adesão do capital humano e investimentos capazes de construir pontes para um futuro promissor.

\*Promotor de Justiça, titular da 41ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e da Juventude de São Luís/MA, ex-Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM e ex-Procurador Geral de Justiça.

**SANDRO MAGALDI | JOSÉ SALIBI NETO**

# GESTÃO DO AMANHÃ

**TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE GESTÃO, INOVAÇÃO E LIDERANÇA PARA VENCER NA 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

**"UMA OBRA IMPORTANTE QUE ENSINA, POR MEIO DE CONCEITOS MODERNOS E CASOS PRÁTICOS, PROFISSIONAIS E EMPRESAS A COMPETIR EM UMA ECONOMIA BASEADA EM RUPTURAS."**

**JORGE PAULO LEMANN**

4ª Edição

**Gente**

INGLÊS E MODAS DE CONTINGENTE EXCLUSIVO EM VÍDEO + INFÓGRAFICOS

## Seminário sobre democracia e liberdade de expressão acontece nesta sexta (30)



O Judiciário maranhense, por meio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA), promovem, nesta sexta-feira (30), o seminário Jurisdição Constitucional, Democracia e Liberdade de Expressão. Voltado para profissionais da área jurídica e estudantes de ensino superior, o evento tem início às 8h30 e será realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Av. Prof. Carlos Cunha, Calhau).

Para a solenidade de abertura do evento estão confirmados o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, de-

sembargador Paulo Velten; o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau; o diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo; e a diretora da Escola Superior do Ministério Público, promotora Karla Adriana.

Participam como debatedores, Marcelo Semer (desembargador do TJSP), Andréa Pachá (desembargadora do TJRJ), o advogado João Paulo Capelotti e o jornalista Leonardo Sakamoto, que trarão reflexões acerca dos limites no exercício das liberdades, especialmente a de expressão – temas sensíveis e necessários ao debate e ao bom funcionamento da democracia.

## **Serviço de caráter permanente requer concurso público prévio, diz TJMA**

É inconstitucional lei municipal que autoriza a contratação de pessoal para serviços de caráter permanente, no âmbito administrativo, sem concurso público de provas ou de provas e títulos, quando não delimitado o prazo, nem demonstrado o interesse público excepcional e de urgência. Esta é a tese jurídica da Súmula nº 7, aprovada por unanimidade pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão, na sessão jurisdicional de quarta-feira (28).

Na prática, isso significa que, em todos os julgamentos de processos similares realizados pelos órgãos colegiados e juízos singulares do TJMA, esta tese será automaticamente aplicada, o que proporcionará mais celeridade às decisões.

A proposta teve como relator o desembargador Gervásio Protásio dos Santos Júnior, considerando que este tipo de matéria tem sido alvo de inúmeros julgamentos similares do TJMA, em ações diretas de inconstitucionalidade.



## Informe JP

### Miudinhas

\*\*\* Jurisdição Constitucional, Democracia e Liberdade de Expressão estarão na pauta do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta sexta-feira (30), durante seminário temático que acontecerá a partir das 8h30, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Avenida Professor Carlos Cunha, Calhau).

\*\*\* Participam como debatedores, Marcelo Semer (desembargador do TJSP), Andréa Pachá (desembargadora do TJRJ), o advogado João Paulo Capelotti e o jornalista Leonardo Sakamoto, que trarão reflexões acerca dos limites no exercício das liberdades, especialmente a de expressão - temas sensíveis, porém necessários ao debate e a garantia do bom funcionamento da democracia, especialmente no atual contexto eleitoral.

\*\*\* O evento é aberto ao público. Participam profissionais do Judiciário, Ministério Público, estudantes, sociedade civil organizada e demais operadores do Direito. A certificação será concedida pela ESMAM a todos os participantes que estiverem efetivamente inscritos.